

**XXV CONGRESSO DO CONPEDI -
CURITIBA**

DIREITO AGRÁRIO E AGROAMBIENTAL

FAUSTO SANTOS DE MORAIS

NIVALDO DOS SANTOS

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D598

Direito agrário e agroambiental [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA;

Coordenadores: Fausto Santos de Moraes, Nivaldo Dos Santos – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-297-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Congressos. 2. Direito Agrário. 3. Direito Agroambiental. I. Congresso Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Curitiba, PR).

CDU: 34



XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA

DIREITO AGRÁRIO E AGROAMBIENTAL

Apresentação

O Grupo de trabalho de Direito Agrário e Agroambiental, desde a sua criação, tem recebido trabalhos que enfrentam o debate de vanguarda de temas importantes para a sociedade. Por provocação do XXV Congresso do CONPEDI intitulado “Cidadania e Desenvolvimento Sustentável: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito”, realizado entre os dias 7 a 10 de dezembro de 2016, em Curitiba-RS, foram apresentados 22 trabalhos científicos que fazem parte desta obra.

Nesta coletânea destacam-se as problemáticas de Proteção ambiental e averbação da reserva legal. Abordagens sobre a Amazônia Legal e as reservas extrativistas, o crescimento do agronegócio, os impactos ambientais e sociais e o capitalismo agrário na região.

O papel das Varas agrárias, a posse e ocupação de terras para reforma agrária e regularização das terras (comunidades indígenas e quilombolas), o ativismo político do movimento camponês e a função social da propriedade e do imóvel rural e a questão agroalimentar.

A atualização das políticas agrícolas, políticas de pagamentos por serviços ambientais, políticas de crédito rural e o desenvolvimento econômico e social no campo e sua sustentabilidade, as políticas ambientais, o agronegócio e agricultura familiar. As questões que envolvem os transgênicos, introdução de sementes e impactos ambientais.

Temáticas contemporâneas e importantes para os estudos agraristas e ambientalistas para as presentes e futuras gerações concretizadas em pesquisas que buscam discutir formas de aprimoramento da proteção jurídica brasileira destinada a esses bens tão relevantes.

Destaque final deve ser feito à qualidade dos trabalhos. Isso porque os autores não se limitaram à descrição dos problemas e da legislação existente, mas se empenharam num viés crítico, com a proposição de diferentes problematizações e soluções às questões agrárias e agroambientais debatidas.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Prof. Dr. Nivaldo Dos Santos – UFG

Prof. Dr. Fausto Santos de Moraes - IMED

**DO PATERNALISMO CAMPONÊS À ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO: BRASIL
COMO SEGUNDO MAIOR PRODUTOR DE TRANSGÊNICOS DO MUNDO PELO
SEGUNDO ANO CONSECUTIVO**

**OF THE AGRIBUSINESS PATERNALISM PEASANT ECONOMY: BRAZIL AS A
SECOND LARGEST PRODUCER OF TRANSGENIC WORLD BY SECOND
CONSECUTIVE YEAR**

Ana Carolina de Moraes Garcia ¹

Resumo

O presente artigo trata da evolução histórica entre as principais questões suscitadas pela organização do trabalho no campo, através das ligas camponesas até a intervenção da Igreja Católica, a criação dos sindicatos rurais e os problemas relacionados com a economia interna e externa do país após o golpe militar de 1964, o plantio, o consumo e a produção de transgênicos que levam o Brasil à classificação de segundo país com maior produção de transgênicos no mundo.

Palavras-chave: Ligas camponesas, Sindicatos rurais, Agronegócio, Ogm

Abstract/Resumen/Résumé

This article deals with the historical evolution of the main issues raised by the organization of work in the field, through the peasant leagues to the intervention of the Catholic Church , the creation of rural trade unions and the problems related to the internal and external economy of the country after the coup 1964 military , planting , consumption and production of transgenic leading Brazil to the second country classification with higher production of transgenics in the world.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Peasant leagues, Rural unions, Agribusiness, Gm

¹ Mestranda em Direito Agrário – UFG, Especialista em Direito e Processo do Trabalho - UCAM e Direito Constitucional e Administrativo – FORTIUM, Advogada e Instrutora do CNJ.

1. Introdução

Com o estudo realizado a respeito da história sobre o paternalismo camponês à economia do agronegócio, percebeu-se a importância da criação das ligas camponesas para os trabalhadores rurais, a partir da metade do século XX, na região nordeste do Brasil. A formação das ligas camponesas representou a ruptura do discurso oligárquico e patriarcal que justificava as relações de exploração. Esse discurso passou a ser visto como ameaça comunista, não só ao meio rural, mas se tornou uma ameaça para toda a sociedade.

Com a ruptura das ligas no Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas abre-se um caminho alternativo de mobilização e organização das massas trabalhadoras rurais. A partir de então com a mobilização da igreja católica em Pernambuco, criou-se o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SOPRE), com objetivo de reagir ao avanço da esquerda no Estado, promover a sindicalização rural, procurando atrelar o movimento rural ao trabalho paroquial.

O governo preocupado com o aumento das disputas no campo adota políticas de reforma agrária. O golpe de 1964 interrompe essa experiência histórica com a prisão, tortura e assassinatos de líderes sindicais, políticos e militantes de esquerda.

Após a ditadura militar há uma modernização da economia do agronegócio, a política agrária tem como estratégias de acumulação do capital, o aumento da produtividade no campo, a qualquer custo, como objetivo de aumentar o lucro sem nenhuma preocupação com as consequências dos produtos oriundos de modificações genéticas.

2 O paternalismo camponês e o surgimento das ligas camponesas

Antônio Torres Montenegro, em sua obra *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*, traz a figura do Bubu, demonstrando as relações entre patrões e trabalhadores rurais, que surge na década de 1940, narrando a história de João Lopes da Silva, filho de um trabalhador rural do Nordeste, cujo pai planta cana para um senhor de engenho e tem direito a um sítio no qual cultiva uma lavoura de subsistência e leva o excedente desta produção para vender nas feiras aos finais de semana essa prática acabou por ser alterada com a proibição do direito de sítio para os trabalhadores.

Montenegro narra ainda um episódio ocorrido com Bubu que após o carnaval buscou a ajuda do senhor de engenho para comprar um remédio para sua esposa e este se negou a ajudá-lo, Bubu recorreu a seus pais que lhe apoiaram com os remédios e rezadeira, pois foram três meses de convalescença. Diante da situação ocorrida com Bubu, este pede ajuda para seu

compadre para trocar de trabalho e ir trabalhar na usina, pois quer um patrão para que possa contar na sua necessidade.

Através do relato do personagem fica claro que com a proibição do direito de sítio, o descomprometimento do empregador em relação ao empregado, foram os motivos pelos quais contribuíram para a ruptura da relação paternalista secular, de forma definitiva existente entre os senhores e os trabalhadores, assim como, demonstra as relações de dominação no meio rural que ocorreram no século XX, na região nordeste do Brasil, que com a proibição da utilização dos sítios pelos trabalhadores rurais para sua subsistência, que provocou assim uma insatisfação por parte dos trabalhadores que começam a pensar na possibilidade de alteração de trabalho, em face da ruptura do pacto patriarcal, uma vez que, os senhores deixaram de atender suas necessidades.

Em meados de 1950 em face da dificuldade de muitos agricultores em saldar suas dívidas com os proprietários e com a extrema pobreza, surge a necessidade de procurar o auxílio da prefeitura para enterrar os mortos, surgindo assim, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) de cunho assistencialista, criada pelos agricultores do engenho, que independente das decisões, sendo estas públicas ou privadas, necessitava da anuência do senhor de engenho, o qual era presidente honorário da associação.

A criação de uma entidade de caráter associativo em lugar de um sindicato rural que intervisse em favor do trabalhador na relação capital/trabalho, no meio rural, expressa o nível de controle político das oligarquias rurais. Os proprietários, através da Confederação Rural Brasileira, pressionam o Ministério do Trabalho, no sentido de impedir qualquer iniciativa que possibilite estender os direitos trabalhistas já alcançados nos centros urbanos ao meio rural. A sindicalização rural, embora prevista pela Consolidação das Leis Trabalhistas, compatível com os termos da Constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos, é barrada pela pressão do bloco agrário. (Lessa, 1985, p.52)

O objetivo dos trabalhadores na fundação da SAPPP como uma sociedade beneficente é o de cooperar para que consigam enfrentar melhor as situações como: morte, doenças, bem como de quitação dos débitos junto ao proprietário da terra, posteriormente essa associação será denominada por Ligas Camponesas, entidade criada para atender as questões da comunidade.

Com o surgimento da associação, mesmo com a anuência do senhor de engenho acarretou uma mudança na postura dos moradores, o que gerou uma reação dos proprietários e

a conseqüente ruptura do senhor de engenho com a associação, renunciando este ao cargo de presidente honorário e exigindo dos moradores a extinção da SAPP. As razões pelas quais o senhor de engenho mudou de atitude, alguns autores afirmam que decorre da influência dos outros proprietários, que veem a associação como um risco, por se tratar de obras de comunistas. Outros autores, afirmam que o filho do proprietário transformaria a região em uma fazenda de criação de gado e que a existência da associação poderia dificultar na expulsão dessas famílias.

Após a saída do senhor de engenho do cargo de presidente honorário a imprensa passa a chamar essa associação antes conhecida como SAPP, por ligas camponesas, apontando a estas um caráter comunista, as quais buscavam melhoria das condições de vida e trabalho no campo, possuíam grande força de organização e mobilização no meio rural e o trabalho era apoiado e liderado por militantes do partido comunista.

3 Da formação das ligas camponesas ao golpe militar

A expressão ligas camponesas foi utilizada pela imprensa em razão do período de redemocratização do partido político PCB entre os anos de 1945 a 1947, o qual instituiu o movimento de organização e mobilização dos trabalhadores rurais por todo o Brasil. A imprensa, por sua vez liga a organização das ligas camponesas ao comunismo.

A formação das ligas camponesas representa a ruptura do discurso oligárquico e patriarcal que justifica as relações de exploração, o discurso destas ressalta as mudanças e passam a serem vistas como ameaça comunista, não só ao meio rural, mas se tornam uma ameaça para toda a sociedade.

O movimento das ligas camponesas se expande e sua sede se instala na cidade de Recife e em cada município se instala uma delegacia, que passa a resguardar os direitos dos trabalhadores e os empregadores passam a ter que negociar com os empregados.

Do período de criação das ligas camponesas ao período do golpe militar em 1964, o movimento dos trabalhadores rurais no Nordeste torna-se alvo de muitas reportagens no âmbito nacional e internacional.

Toda essa série de reportagens de Callado resulta de um movimento dentro do governo de Juscelino Kubitschek, que estrategicamente procura obter apoio daquele jornal aos objetos que apresenta para responder à grave crise que domina o Nordeste, ampliada com a enorme seca de 1958. O apoio da opinião pública é considerado de grande importância, para vencer a resistência de muitos parlamentares

no Congresso ao projeto Operação Nordeste, implementado por Celso Furtado que resultou na Fundação Sudene. (Furtado, 1989,p.46)

Com a desapropriação da Galileia, as ligas se expandem para as regiões norte e sul do Brasil, e sua ruptura se dá no Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, motivado pela tese das ligas, reforma agrária radical, na lei ou na marra, que empolgava a plenária e derrota as propostas do PCB.

As ligas camponesas se insurgem contra os proprietários rurais, criticando publicamente, através de passeatas, mobilizações, toda essa situação em que vive a grande maioria dos trabalhadores rurais do Nordeste. O coroamento dessa mobilização, a partir da aprovação de desapropriação de Galileia, tem um grande efeito sobre os trabalhadores rurais de Pernambuco e de outros estados. Apesar da dificuldade de computar o número de associados das Ligas, afirma Fernando Azevedo (1982, p.70) que em 1961 estas chegaram a ter dez mil associados, distribuídos entre as quarenta delegacias existentes. (Montenegro, p.261)

Após a ruptura das ligas com o PCB, essas tornam-se um caminho alternativo de mobilização e organização das massas trabalhadoras rurais, em face da ausência dos sindicatos rurais. Em razão de sua estrutura de funcionamento, sob a forma de associação, as ligas operam fora do controle do Estado. As ações de reconhecimento dos sindicatos rurais, a resistência política dos grandes proprietários impede a aprovação de inúmeros pedidos encaminhados ao Ministério do Trabalho embora previsto na CLT de 1946.

A Igreja Católica se organizou em Pernambuco com a Criação do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SOPRE) com objetivo de reagir ao avanço da esquerda no Estado, promover a sindicalização rural, procurando atrelar o movimento rural ao trabalho paroquial.

Em 1962, um representante do Partido Democrata Cristão passou pelo Ministério do Trabalho, André Franco Montoro, e um grupo de bispos dirigiu-se a ele solicitando o fim dos entraves burocráticos que impediam a aprovação de diversos projetos de reconhecimento dos sindicatos rurais apoiados pela igreja.

Em 1 de maio de 1962, o ministro atendendo a solicitação dos bispos anuncia e aprova diversas cartas sindicais, abrindo-se assim a disputa entre católicos, comunistas e as ligas camponesas pelo controle dos sindicatos rurais. A partir desse momento, os sindicatos rurais que antes eram considerados pelos proprietários uma ameaça à paz agrária, passa a ser visto pelo governo e setores da igreja, como uma forma de barrar a expansão das ligas camponesas. Apesar da não concorrência das ligas camponesas com os sindicatos, a

sindicalização em massa contribuiu para o esvaziamento das ligas camponesas, que perdeu a hegemonia no movimento rural.

Os sindicatos rurais fundados estavam no controle dos comunistas ou da igreja católica. O governo preocupado com o aumento das disputas no campo adota políticas de reforma agrária, cria a Superintendência da Reforma Agrária, o Estatuto do Trabalhador Rural.

Para Montenegro o golpe de 1964 interrompe essa experiência histórica, líderes sindicais, políticos e militantes de esquerda são alvos de prisões, torturas e assassinatos.

4 Da modernização conservadora à economia do agronegócio

O período dos anos de 1980 e 1990 teve como objetivo desmontar o projeto de modernização conservadora do período militar e estruturar por meio de planejamento as condições econômicas e políticas para a acumulação de capital na agricultura. Esse período constituiu a transição entre dois projetos de economia política, o da modernização conservadora da era militar de 1964 a 1985, e o da economia do agronegócio vigente a partir de 2000.

Dois fatores no final dos anos 1980 contribuíram para o crescimento econômico geral na época do regime militar: a grave crise cambial de 1982 e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

As crises econômicas de 1982 e 1999 foram marcos de crises cambiais, que em seus contextos históricos demarcaram grave desorganização do sistema econômico, o que pressionou a adoção de ajustes conjunturais que implicaram em uma forçada reestruturação econômica. Nesse contexto a agricultura teve um papel primordial, o setor agrícola teve um papel importante dominando a contabilidade nacional do produto interno bruto.

Entre 1965 a 1981 a agricultura brasileira completou um ciclo de modernização, técnica e crescimento, sem modificações na estrutura agrária. A partir de 1980 a economia brasileira passou por um período de estagnação econômica, devido à imposição das condições de ajustamento decorrentes do endividamento externo.

A forma de estabilização econômica se deu a partir da reversão do ciclo econômico, com a participação efetiva do setor agrícola e dos setores agroindustriais na exportação de mercadorias, que passou a ser importante na geração de saldos no comércio exterior, suprimindo a necessidade de financiamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos.

A fase de 1994 a 1998, de abundância de liquidez internacional, abandonou-se a prática política de promoções de exportações, de abertura comercial e financeira da economia

brasileira resolvida pelos mercados e a dependência crônica dos recursos externos. Posteriormente ocorreu um novo endividamento externo, e fez-se necessário o retorno da política de exportação, situação esta que implicou em novos contornos conjunturais de ajustamento externo e das questões agrárias.

No período 1983 – 2003, passado o susto inicial da crise de liquidez internacional, desencadeada a partir da moratória mexicana de 1982, são realizadas sucessivas operações de ‘ajuste’ macroeconômico para tentar colocar a economia brasileira nos limites impostos pelas novas restrições externas. Esse processo de ‘ajuste externo’ terá, sob o foco de análise que aqui nos interessa resgatar – o da economia internacional influenciando a economia política do agronegócio – três fases bem demarcadas, analisadas em sequência: 1) 1983-1993, primeira tentativa de resposta à crise do endividamento com recurso aos saldos comerciais oriundos do setor primário; 2) 1994 – 1999, folga na liquidez internacional, liberação externa e novo endividamento; e 3) 2000 até o presente, relançamento da estratégia de reprimarização do comércio externo a qualquer custo. (Delgado, cap. 4, p. 79)

A promulgação da CF/88 configurou uma inovação em relação às políticas públicas, que elencou a ordem econômica e a ordem social, como um conjunto de diretrizes de políticas públicas, com a intenção de se constituir um programa estruturado na reorganização da ação pública do Estado brasileiro.

Após o advento da CF/88, três vertentes de orientação político-normativas às políticas agrícolas: projeto de modernização conservadora do período militar, pressão neoliberal por desregulamentação, livre comércio e estado mínimo e a vertente normativa do texto constitucional que consistiu em elevar o direito constitucional, vários princípios da política agrária contidos no Estatuto da Terra.

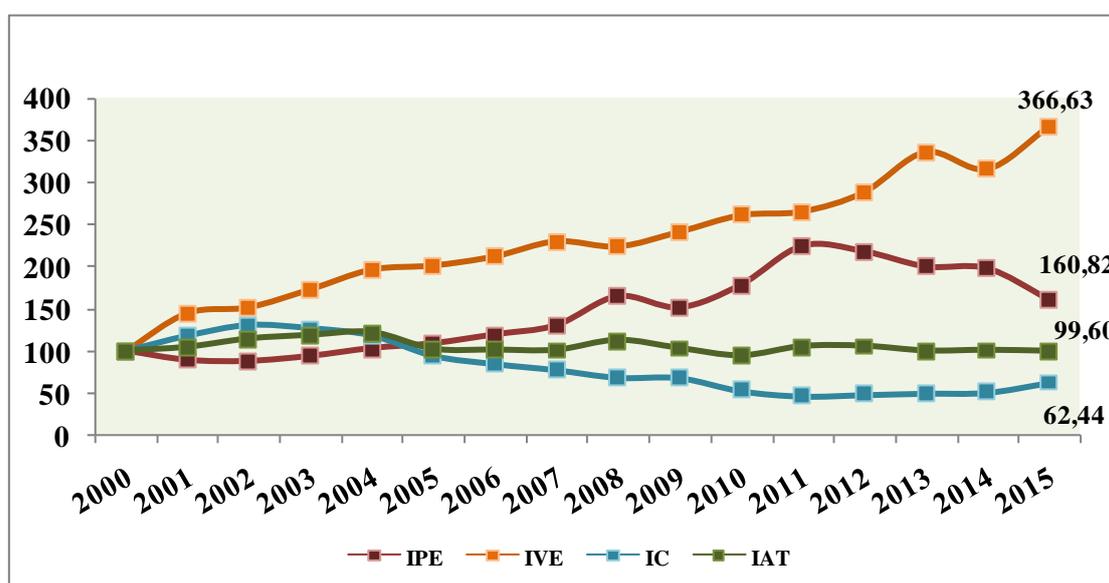
A reestruturação da economia do agronegócio nos anos 2000 ficou evidente o relançamento de alguns complexos agroindustriais, de grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, tornando viável o projeto de acumulação de capital, o qual é essencial à renda da terra, junto à lucratividade dos capitais consorciados ao agronegócio.

Segundo Delgado, apresentou-se um paralelo ao *boom* exportador de *commodities* três processos no mercado e na política agrária: o primeiro reconstituição do crédito público bancário, sob a égide do Sistema Nacional de Crédito Rural, como via de fomento da política agrícola, associada aos mecanismos de apoio e garantia da comercialização agropecuária; o segundo os preços da terra e os arrendamentos rurais representando uma inflexão para todas

as regiões e para todos os tipos de terra, refletindo a alta das *commodities*. Preços que também foram afetados pela forte liquidez bancária, associada às subvenções da política agrícola e de determinada frouxidão da política fundiária relativa à regulação do mercado de terras; o terceiro aprofundou-se a inserção externa das cadeias agroindustriais que manipulam com maior evidência as vantagens da matéria prima do processo produtivo.

No período de 2000 a 2010, houve um crescimento substancial dos complexos agroindustriais frente à economia, com inserção no mercado externo, com condições externas e de economia política interna, que preceitua Delgado como economia do agronegócio.

Pode-se observar através do gráfico abaixo citado, que no período de 2000 a 2015, o agronegócio brasileiro obteve um crescimento de 267% do volume de exportações, acompanhados de uma valorização de 37,6% da moeda nacional. Totalizando nos últimos dezesseis anos um crescimento de 447% utilizando o parâmetro das exportações, reduzidas as importações em dólares, o crescimento mais que quintuplicou, segundo a fonte IVE – Agro/Cepea.



Com base nesse estudo, pode-se identificar que a articulação público privada da política agrária, as estratégias de acumulação do capital, os interesses econômicos do agronegócio, e a pressão política desse segmento, para o aumento da produtividade no campo a qualquer custo, teve como objetivo aumentar o lucro sem nenhuma preocupação com as consequências dos produtos oriundos de modificações genéticas.

5 OGM x Transgênicos no cenário internacional – Brasil como o segundo maior produtor de transgênicos do mundo pelo segundo ano consecutivo

Após pesquisas realizadas, pode-se perceber que as opiniões e estudos dividem-se em relação aos benefícios e malefícios dos organismos geneticamente modificados (OGM) e diante da dúvida e da incerteza quanto à questão da segurança no sistema agroalimentar. Alguns países se dividem quanto a permissão e proibição do cultivo e comercialização do OGM, conforme dados estatísticos do site Funverde¹.

Mesmo com mais de trinta anos de pesquisas e avanços proporcionados pelos organismos geneticamente modificados, cada país têm se posicionado de uma forma frente aos benefícios e malefícios dos OGM, o que acarreta diferentes variações legislativas em todos os países do mundo e diferentes pontos de vistas em relação aos transgênicos provocando complicações acerca das regras de exportação de alimentos e acerca da segurança alimentar.

Muitos países proibiram o cultivo de OGM, entre estes está os Estados Unidos, que apesar de ocupar o primeiro lugar, pelo segundo ano consecutivo de maior produtor mundial de transgênicos, em seus Estados: Califórnia, Washington e Oregon, alguns municípios proibiram a propagação, cultivo ou desenvolvimento dos OGM.

No dia 17 de maio de 2016 foi divulgado pela Academia Nacional das Ciências, Engenharia e Medicina dos Estados Unidos, um estudo de 30 anos, o qual declarou que o consumo de OGM e transgênico, bem como a aplicação das novas biotecnologias agrícolas é seguro. O relatório publicado “Genetically Engineered Crops: Experiences and Prospects²”, é baseado no estudo de 30 anos de pesquisas, realizado por 20 peritos de diferentes do conhecimento científico, com mais de quatrocentas páginas que inclui extensa informação compilada em pareceres e recomendações.

Esse relatório de avaliação, produzido pela Academia Nacional de Ciências, Engenharia e Medicina dos Estados Unidos, agrega cientistas renomados e reconhecidos pela comunidade científica, desde 1863, funciona como conselheiro nas decisões do governo norte-americano. A conclusão acerca do cultivo e consumo dos alimentos geneticamente modificados, realizado a partir da avaliação de aproximadamente 1000 publicações científicas, além de 80 opiniões em audiências públicas, e seminários onde foram analisados mais de 700 comentários enviados pela população. Concluiu a partir dos 30 anos de estudo, que não foram encontradas diferenças para a segurança do ambiente entre as culturas e os alimentos geneticamente modificados quando comparados com os seus homólogos

¹ www.funverde.com.br. Pesquisa publicada em: 01/03/2014, acesso em: 27/03/2016

² Genetically Engineered Crops: Experiences and Prospect, News, THE NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE, Division on Earth and Life Studies, Board on Agriculture and Natural Resources, Committee on Genetically Engineered Crops: Past Experience and Future Prospects

convencionais. O relatório também traz conclusões a respeito do consumo dos OGM e transgênicos para a saúde e concluiu que não há evidências de que os alimentos transgênicos causem obesidade, doenças gastrointestinais, diabetes, doenças renais, autismo, alergias ou cancro.

Na Austrália alguns Estados proibiram o cultivo de OGM, mas na maioria deles, esses foram legalizados, permanecendo a proibição dos transgênicos no sul do país. A população do Japão se mostrou resistente aos OGM, mas apesar dessa resistência o país importa canola transgênica do Canadá, e atualmente produz canola modificada que serve de matéria prima para produção de óleo de cozinha.

O governo da Índia proibiu a berinjela transgênica que seria plantada em 2010, mas os agricultores foram incentivados ao cultivo de algodão geneticamente modificado da Monsanto, com resultados devastadores, pois conforme relatou a reportagem do jornal britânico Daily Mail aproximadamente 125 mil agricultores cometeram suicídio, devido à quebra de safra e enorme dívida adquirida com o plantio dos transgênicos.

Na Tailândia o país ficou dividido entre o incentivo e a oposição aos transgênicos. Realizaram experimentos com mamão papaya geneticamente modificado vindo do Havaí, mas as sementes começaram a contaminar plantações próximas e o cultivo foi suspenso. Hoje a Tailândia produz alimentos orgânicos a preços altíssimos, com o objetivo de exportação para restabelecer a confiança internacional. Mas na contramão à produção de produtos orgânicos há também um crescente cultivo de transgênicos.

Em países como a Alemanha, Hungria, Grécia, Bulgária, Luxemburgo, Irlanda, Ilha da Madeira e Suíça o cultivo de plantas transgênicas e de animais, venda de alimentos transgênicos foram proibidos. Em alguns desses países alimentos que contenham transgênicos em sua composição devem ser identificados no rótulo. Na França e na Ilha da Madeira os OGM foram utilizados e posteriormente proibidos.

Os dez maiores líderes em implementação da biotecnologia agrícola do mundo no ano de 2015, conforme dados do Conselho de Informações sobre Biotecnologia,³ são: Estados Unidos: soja, milho, algodão, canola, beterraba, alfafa, papaya, abóbora e batata; Brasil: soja, milho e algodão; Argentina: soja, milho e algodão; Índia: algodão; Canadá: canola, soja, milho e beterraba; China: algodão, papaya e álamo; Paraguai: soja, milho e algodão; Paquistão: algodão; África do Sul: soja, milho e algodão; Uruguai: soja e milho.

³ Conselho de Informações sobre biotecnologia, dados retirados do site: <http://cib.org.br/biotec-de-a-a-z/infograficos/> consulta em: 27/03/2016

No Canadá há incentivo às culturas transgênicas no país. A maior parte da canola, do milho e da soja produzidos são transgênicos. Na Espanha o cultivo de milho transgênico representa 20% do total da produção. Na República Tcheca, Eslováquia, Portugal, Romênia e Polônia plantam algum tipo de milho transgênico, nas Filipinas há cultivo de OGM.

A União Europeia aprovou o cultivo de transgênicos, como batata e milho. A partir de 2015 os países integrantes do bloco econômico puderam optar pelo cultivo ou não dos alimentos geneticamente modificados, após conclusões observadas nos artigos científicos que explicitaram os resultados da investigação de dois relatórios referentes aos anos (1985-2000 e 2001-2010) da Comissão Europeia e confirmados no ano de 2013.

O artigo de revisão, publicado no jornal científico “Critical Reviews in Biotechnology, onde os pesquisadores da Universidade de Perugia analisaram 1783 artigos científicos publicados durante dez anos, abrangendo todos os aspectos a respeito da segurança dos transgênicos, desde a relação das plantas cultivadas e sua interação com o meio ambiente, seus impactos e forma como elas podem afetar os animais ou seres humanos com as quais se alimentam.⁴ As conclusões desse artigo relataram que não foram detectados quaisquer malefícios ocasionados pelo uso de alimentos transgênicos por animais e seres humanos. Nesse sentido, constataram que todos os argumentos como: a ocorrência de câncros, má-formações congênitas, consequências graves para o equilíbrio dos ecossistemas e perdas para a biodiversidade, antes utilizados como contrários ao cultivo e consumo dos transgênicos, não possuíam fundamento científico, as pesquisas realizadas pela Comissão Europeia, auxiliaram na aprovação de novas culturas de importação e consumo por animais e seres humanos dos organismos geneticamente modificados, além do cultivo na União Europeia que era muito questionado.

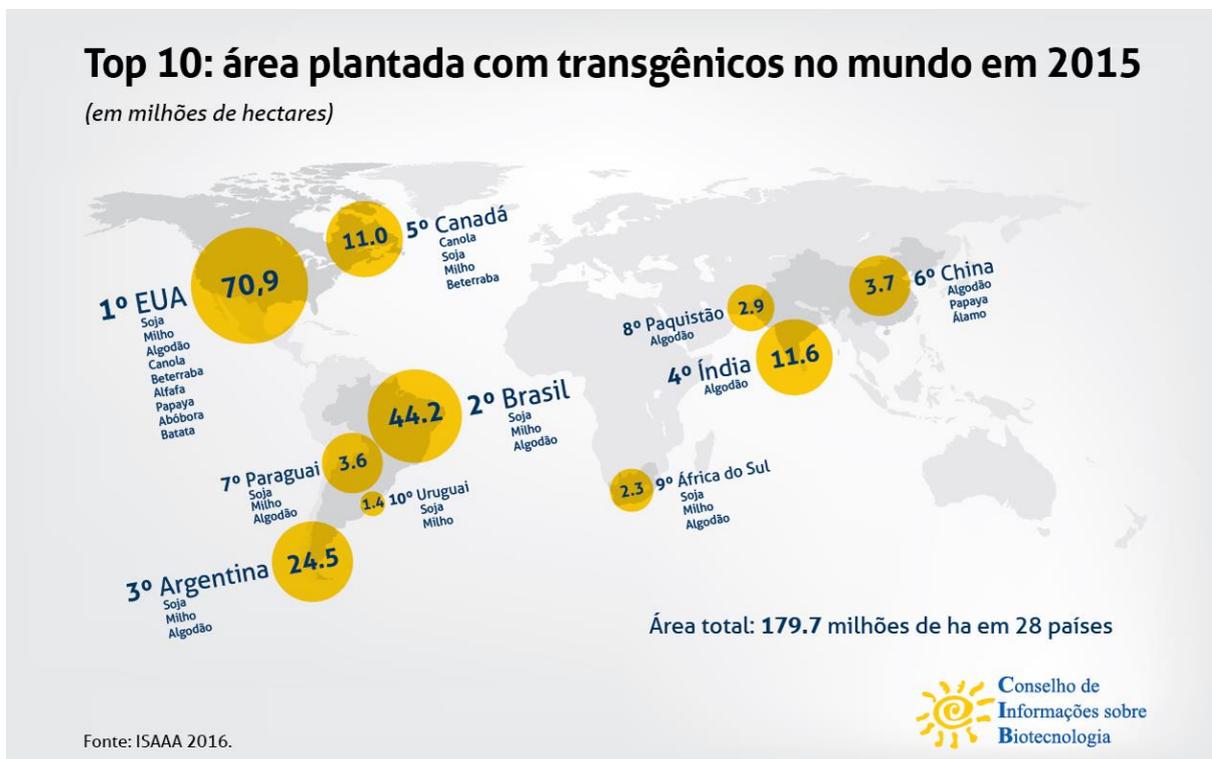
Essas conclusões confirmaram mais de vinte anos, que os produtos geneticamente modificados foram rigorosamente e extensamente testados e analisados pela comunidade científica e pelas autoridades internacionais. Que a agricultura e os agricultores, as fileiras alimentares, a sociedade em geral e o ambiente têm benefícios com a utilização destes produtos biotecnológicos.

A Alemanha que aprovava o cultivo de batatas geneticamente modificadas, a partir de 2015 proibiu o cultivo de OGM. No entanto, mesmo com a opção individualizada de cada integrante da União Europeia, a maior parte desses países não pode rejeitar a venda de transgênicos. A Grã-Bretanha apoia os transgênicos, possui plantações experimentais de

⁴ Artigo de Revisão (2013) – An overview of the last 10 years of genetically engineered crop safety research“ publicado no jornal científico “Critical Reviews in Biotechnology”.

alguns alimentos, como a batata. Mas a população ainda fica apreensiva com os OGM e o Príncipe Charles se opõe aos transgênicos. Na Tailândia a população se divide entre o apoio e oposição aos alimentos geneticamente modificados. Na África do Sul e na América do Sul tem aumentado o cultivo de transgênicos.

No cenário mundial hoje os dez maiores líderes em implementação da biotecnologia agrícola do mundo no ano de 2015, conforme dados do Conselho de Informações sobre Biotecnologia,⁵ são: os Estados Unidos que lidera com a maior área plantada no mundo no ano de 2015 com 70,9%, em segundo lugar o Brasil com 44,2%, em terceiro lugar a Argentina com 24,5%, em quarto lugar a Índia com 11,6%, o Canadá em quinto lugar com 11,0%, em sexto lugar a China com 3,7%, em sétimo lugar o Paraguai 3,6%, em oitavo lugar o Paquistão com 2,9%, o nono lugar a África do Sul com 2,3% e em décimo lugar o Uruguai com 1,4% da área plantada no mundo com transgênicos.



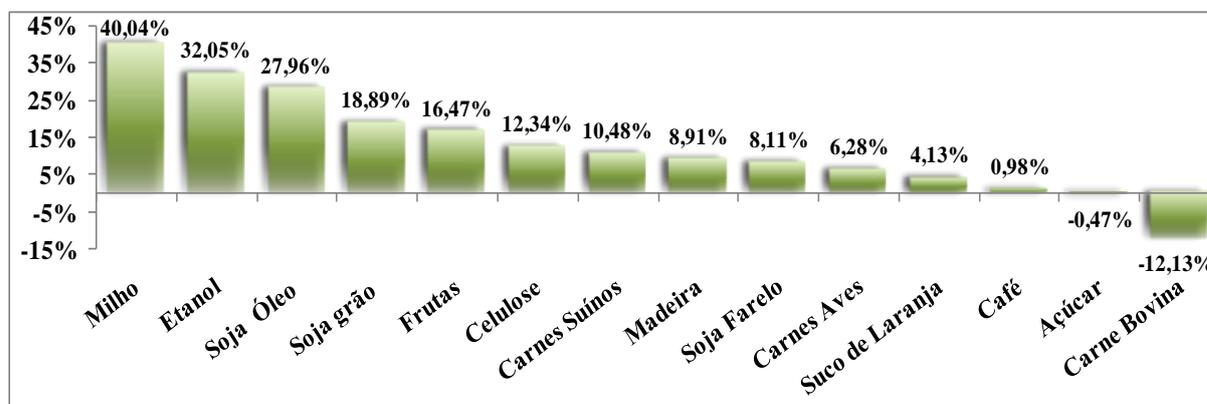
Pode-se constatar que os Estados Unidos, permanece pelo segundo ano subsequente em primeiro lugar em área plantada com transgênicos no cenário mundial, mas que apesar de manter a liderança houve uma queda significativa neste percentual de 73,1% em 2014, para 70,9% no ano de 2015. Ocupando o segundo lugar pelo segundo ano consecutivo, o Brasil teve um considerável aumento da área cultivada de 42,2% no ano de 2014, para uma área de 44,2%, em 2015. Em terceiro lugar a Argentina que no ano de 2014 tinha a área de 24,3%,

⁵ Conselho de Informações sobre biotecnologia, dados retirados do site: <http://cib.org.br/biotec-de-a-a-z/infograficos/> consulta em: 20/09/2016

também teve um aumento na área cultivada e agora conta com 24,5%. A Índia manteve o quarto lugar e o percentual de 11,6% nos anos de 2014 e 2015 da área cultivada. Em quinto lugar o Canadá que em 2014 tinha 11,6% da área cultivada, caiu para 11,0%. Em sexto lugar a China que no ano de 2014 tinha 3,9 da área cultivada, agora em 2015 apresenta 3,7%. O Paraguai, em sétimo lugar, que no ano de 2014 tinha 3,9% agora em 2015 apresenta 3,6% da área plantada com transgênicos. Os outros países não foi possível realizar a comparação, uma vez que, os dados foram disponibilizados.

O panorama mundial pode ser traçado, a partir da análise dos dados apresentados onde os países desenvolvidos apresentaram uma queda no percentual das áreas plantadas com transgênicos no ano de 2015. Os países em desenvolvimento tiveram um crescimento nas áreas de cultivo. Em relação ao Brasil houve um aumento de 2%, que se mostrou muito significativo, pois foi o país com maior crescimento de área cultivada com transgênico.

Em 2015, o Brasil aumentou as exportações, segundo dados levantados pela IVE Agro/Cepea de quase todos os produtos. Em primeiro lugar o milho com 40,04%, seguidos do etanol com 32,05%, o óleo de soja com 27,96% e a soja em grão com 18,89%.

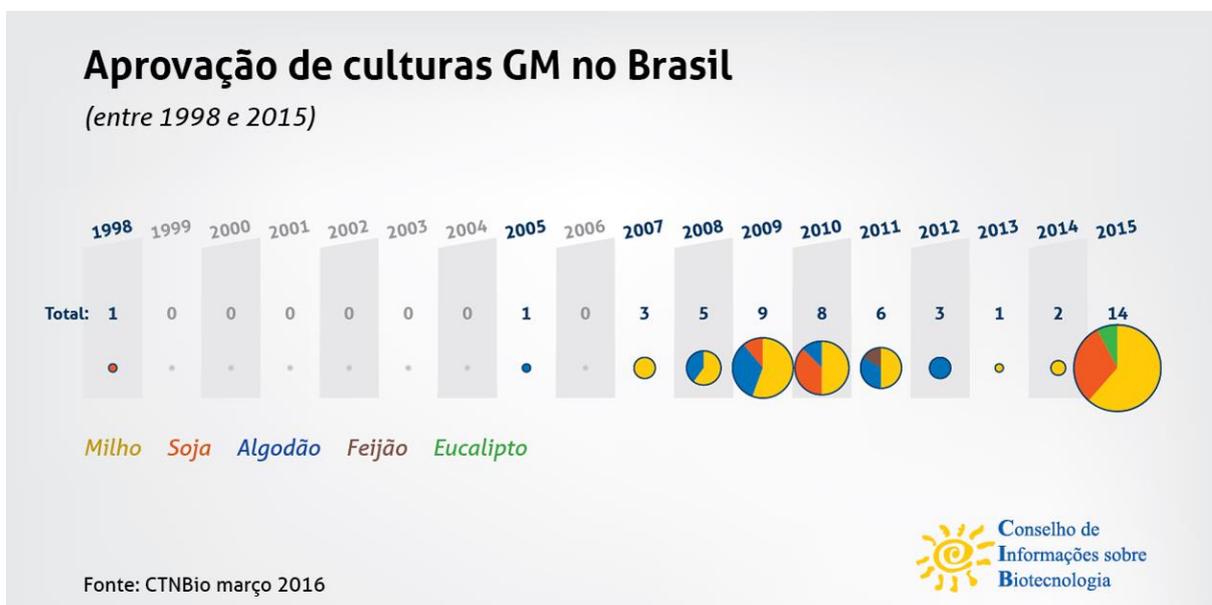


No ano de 2015 as exportações do milho voltaram-se principalmente para o continente asiático. O Vietnã importou 16,87%; o Irã importou 14,92%, a Coreia do Sul importou 10,23% e o Japão importou 9,34% da produção.

Os países asiáticos também se destacaram na compra do óleo e da soja em grão, a Índia foi responsável pela compra de 47,82% de todo o óleo de soja exportado pelo Brasil; seguidos da China que comprou 12,05% e Bangladesh, 9,10% da produção.

Em relação à soja em grãos, a venda para China cresceu em 2015 e atingiram 75,24% das exportações brasileiras, quanto ao farelo 22,91% das exportações se destinaram aos Países Baixos, 13,26% à Indonésia, 10,70% à França, e 10,46% à Alemanha.

O gráfico apresentado pelo Conselho de Informações sobre Biotecnologia,⁶ mostra que houve um aumento em 2015, na aprovação do uso de organismos geneticamente modificados no Brasil, o que pode ter contribuído para o aumento das áreas de cultivo de OGM no território nacional.



Fazendo uma análise comparativa entre os quadros, pode-se perceber que os países desenvolvidos diminuíram suas áreas de cultivo de OGM, enquanto os países em desenvolvimento aumentaram suas áreas de plantio. Isso pode ser comprovado através do índice de exportações do Brasil para esses países.

Nesse sentido, pode-se concluir que historicamente os interesses econômicos de latifundiários, de empresas transnacionais, empresas ligadas ao capital financeiro, que atuam no campo brasileiro, prevalecem os interesses econômicos e a pressão política do segmento do agronegócio, por um crescente aumento da produtividade no campo, a qualquer custo, com o objetivo de aumentar o lucro, sem nenhuma preocupação com a segurança alimentar e as consequências dos produtos oriundos de modificações genéticas.

6 Conclusão

Após os estudos realizados percebeu-se que as principais questões suscitadas a respeito do plantio e do consumo passam historicamente pela organização do trabalho no campo, através das ligas camponesas a intervenção da igreja católica, até a criação dos

⁶ Conselho de Informações sobre biotecnologia, dados retirados do site: <http://cib.org.br/biotec-de-a-a-z/infograficos/> consulta em: 20/09/2016

sindicatos rurais e todos os problemas relacionados à economia interna e externa do país e as exportações.

Ressalta os dez maiores líderes no ranking mundial em implementação das biotecnologias agrícolas, que tiveram a maior área plantada com transgênico no ano de 2015, conforme dados do Conselho de Informações sobre Biotecnologia, são estes: os Estados Unidos; o Brasil, a Argentina; a Índia, o Canadá, a China, o Paraguai, o Paquistão, a África do Sul e o Uruguai.

Os Estados Unidos ocupa hoje o primeiro lugar no ranking mundial, pelo segundo ano consecutivo com a maior área cultivada de transgênicos, e divulgou através da Academia Nacional das Ciências, Engenharia e Medicina dos Estados Unidos, um estudo de 30 anos, o qual declarou que o consumo de OGM e transgênico, bem como a aplicação das novas biotecnologias agrícolas é seguro. O relatório concluiu que não há evidências de que os alimentos transgênicos causem obesidade, doenças gastrointestinais, diabetes, doenças renais, autismo, alergias ou cancro, após a realização de avaliações, de publicações científicas e audiências públicas.

A União Europeia concluiu após vinte anos de pesquisas que não foram detectados quaisquer malefícios ocasionados pelo uso de alimentos transgênicos por animais e seres humanos. Nesse sentido, constataram que todos os argumentos como: a ocorrência de câncros, má-formação congênita, consequências graves para o equilíbrio dos ecossistemas e perdas para a biodiversidade, antes utilizados como contrários ao cultivo e consumo dos transgênicos, não possuem fundamento científico, as pesquisas realizadas pela Comissão Europeia, auxiliaram na aprovação de novas culturas de importação e consumo por animais e seres humanos dos organismos geneticamente modificados, além do cultivo na União Europeia que era muito questionado. Afirmam ainda, que os produtos geneticamente modificados foram rigorosamente e extensamente testados e analisados pela comunidade científica e pelas autoridades internacionais. A agricultura e os agricultores, as fileiras alimentares, a sociedade em geral e o ambiente têm benefícios da utilização destes produtos biotecnológicos.

Atualmente a preocupação com o plantio e o consumo passam pelas questões da implementação das novas tecnologias no campo, pois assumindo os organismos geneticamente modificados esses ainda deixam em dúvida os malefícios ou não à saúde e a biodiversidade, as pesquisas científicas ainda são muito divergentes ao mencionarem que os OGM não causam nenhum mal à saúde.

Mesmo com mais de trinta anos de pesquisas e avanços proporcionados pelos organismos geneticamente modificados, cada país têm se posicionado de uma forma frente aos benefícios e malefícios dos OGM, o que acarreta diferentes variações legislativas em todos os países do mundo e diferentes pontos de vistas em relação aos transgênicos provocando complicações acerca das regras de exportação de alimentos e acerca da segurança alimentar.

Pode-se ressaltar, que entre os dez do ranking mundial, apresentados pelo Conselho de Informações sobre Biotecnologia, os três primeiros colocados com a maior área de cultivo no ano de 2015, destacamos os Estados Unidos que lidera com a maior área plantada no mundo, com 70,9%, em segundo lugar o Brasil com 44,2%, em terceiro lugar a Argentina com 24,5%. O panorama mundial traçado, a partir da análise dos dados apresentados, demonstra que os países desenvolvidos apresentaram uma queda no percentual das áreas plantadas com transgênicos no ano de 2015, já os países em desenvolvimento houve um crescimento nas áreas de cultivo, apresentando um aumento significativo de 2% no Brasil.

No entanto, pode-se concluir que com os interesses econômicos históricos de latifundiários, de empresas transnacionais, das empresas ligadas ao capital financeiro, que atuam no campo brasileiro, prevalecem os interesses econômicos e a pressão política do segmento do agronegócio, para um crescente aumento da produtividade no campo, a qualquer custo, objetivando o aumento do lucro, sem preocupação com a segurança alimentar e as consequências com o uso de produtos oriundos de modificações genéticas.

7 Referências

Artigo de Revisão (2013) – An overview of the last 10 years of genetically engineered crop safety research“ publicado no jornal científico “Critical Reviews in Biotechnology”.

Comunicado de Imprensa da Comissão Europeia 25 anos de investigação na UE em culturas transgênicas / GM (1985-2000 e 2001-2010).

Conselho de Informações sobre biotecnologia, dados retirados do site: <http://cib.org.br/biotec-de-a-a-z/infograficos/> Acesso em: 27 mar. 2016.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças Climáticas em meio século (1965-2012), ed. UFRGS, 2012.

Edzard Buseman, Reuters por Hans em Reuters internacional 30-09-2015.

FURTADO, Celso. 1989. A Fantasia Desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Genetically Engineered Crops: Experiences and Prospect, News, THE NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE, Division on Earth and Life Studies, Board on Agriculture and Natural Resources, Committee on Genetically Engineered Crops: Past Experience and Future Prospects.

Lang Andreas, Potential exposure of butterflies in protected habitats by Bt maize cultivation: A case study in Switzerland, Biological Conservation, jornal homepage: www.elsevier.com/locate/bioc.

LESSA, Sônia Sampaio Navarro. 1985. O Movimento Sindical Rural em Pernambuco: 1958 – 1968. Dissertação de Mestrado – UFPE, Recife.

MINAS GERAIS. Centro de Genética Molecular (ICBU/UFMG). O que são transgênicos. Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.cgm.icb.ufmg.br/oquesao.php>. > Acesso em: 30 mar. 2016.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução.

MONTENEGRO, Antonio T. Jun. 2001. “Padres e artesãos: narradores itinerantes”. História oral, Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, 4.

MOSER, ANTÔNIO. Biotecnologia e bioética: para onde vamos? Petrópolis; Vozes; 2004.

NODARIR, e outros - "Manipulação de Plantas Transgênicas em Contenção". in: VALLE, S.; TELLES, J. L. (Org.) Bioética e Biorrisco: abordagem transdisciplinar. Rio de Janeiro: Interciência, 2003. p. 48-68.

Relatório (2001-2010) – A decade of EU-funded GMO research (2001-2010).

Relatório (1985 – 2000) – EC-sponsored research on Safety of Genetically Modified Organisms (1985-2000).

RESOLUÇÃO Nº 305, DE 12 DE JUNHO DE 2002, Dispõe sobre Licenciamento Ambiental, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto no Meio Ambiente de atividades e empreendimentos com Organismos Geneticamente Modificados e seus derivados.

www.cepea.esalq.usp.br Acesso em: 20 de setembro. 2016.

<http://cib.org.br/biotec-de-a-a-z/infograficos/>. Acesso em: 20 de setembro. 2016.

<http://www.funverde.org.br>. Pesquisa publicada em: 01/03/2014, acesso em 27 mar. 2016.

<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<http://www.significados.com.br/dna/>. Acesso em: 30 mar. 2016.